

OPINIÃO

As perspectivas para o Gás Natural

*por Julio Bueno**

O cenário para o gás natural no Brasil está mudando drasticamente. A transformação é resultado da perspectiva de aumento da produção, em função do pré-sal e das novas descobertas em Sergipe, e da liberalização da oferta, com a quebra do monopólio (de fato) da Petrobras.

Faz-se necessário dizer, a priori, que, assim como ocorreu em toda a indústria de petróleo, a Petrobras, tomando para si os riscos, foi fundamental para a descoberta de gás natural em território nacional e o novo cenário de abundância que se avizinha. A crítica à sua atuação monopolista deve sempre levar em conta o outro lado da questão, que é o sucesso histórico obtido pela empresa em suprir o mercado nacional de petróleo, gás e derivados.

Vale dizer que o desenvolvimento do uso do gás natural no Brasil é uma história relativamente recente, iniciada há cerca de 20 anos. Antes, diz o folclore da Petrobras, a descoberta de um reservatório de gás natural era desprezada na empresa, dada a sua "inutilidade".

O gás natural só começou a fazer parte relevante da matriz energética brasileira com a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, cuja operação foi iniciada em 1999. Daí em diante, vários equívocos foram cometidos, principalmente relacionados ao preço, mas também relativos à oferta, sendo todos em decorrência do monopólio.

Em 2001, com o apagão de energia elétrica, a Petrobras foi instada pelo governo a viabilizar térmicas a gás com preços inferiores aos necessários para o equilíbrio econômico do negócio. Somente o monopólio permitiria tal atitude uma vez que, havendo outros agentes ofertantes de gás, seria muito mais difícil que a ordem fosse efetivada. Foi traumático para a companhia assumir prejuízos, o que talvez explique equívocos que se seguiram, fazendo com que a cultura monopolista se enrijecesse, ignorando o olhar ao mercado, no caso do gás natural.

Veio, a posteriori, uma fase de euforia, no período de 2003 a 2006. A Diretoria de Gás e Energia da

Petrobras, principalmente por conta do campo de Mexilhão na Bacia de Santos, proclamou que teríamos uma oferta enorme de gás natural, sem que houvesse mercado para o produto.

Foi lançado então o Programa de Massificação do Gás Natural, mas, com a frustração na produção, aconteceu o contrário. No período posterior a 2006, o gás virou produto escasso. A Petrobras, tendo a necessidade de despachar as térmicas, chegou, no caso de Rio de Janeiro, a negar, em 2007, a oferta de gás à CEG, fazendo com que os postos de GNV ficassem, literalmente, sem gás para venda aos consumidores. Isso depois do grande incentivo à frota de carros a gás natural no período de massificação.

O Rio de Janeiro, para garantir o aumento do consumo, reduziu o ICMS do gás e o IPVA dos carros convertidos a gás natural, o que levou a uma frota de 600 mil veículos com uso do combustível no Estado. Vale dizer que o Estado foi à Justiça e venceu a causa, tendo a Petrobras que indenizar o Tesouro fluminense.

Como forma de reduzir os prejuízos causados pela necessidade de viabilizar as térmicas na época do apagão, a Petrobras tomou a decisão de comprá-las. Como consequência, e aí a miopia do monopólio se fez presente, a então direção da empresa, apoiada pelo Governo Federal, decidiu entrar nos leilões de energia. Era, portanto, um evidente despautério: vender um produto escasso como o gás a si própria e a outras empresas e competir com as mesmas!

No leilão de energia de 2011, o absurdo se fez presente, quando a Petrobras vendeu para si o gás por quase a metade do preço do segundo colocado, que previa a utilização do gás fornecido por ela. E ainda teria que comprá-lo, em um contrato "*take or pay*". O Cade, que foi instado a se pronunciar sobre o assunto, achou que era tudo normal. Vale a pena relembrar a história para que os erros cometidos nunca mais se repitam.

Há ainda um equívoco, que se perpetua, que é não tratar o custo da extração do gás natural, principalmente o associado ao petróleo, como marginal. As operadoras não podem, pela lei, se desfazer do gás. Portanto, o preço do combustível não deveria carregar o custo da infraestrutura utilizada para produzi-lo, dividindo com o óleo retirado. Carregar o gás com tal custo é uma questão interna à Petrobras que, no entanto, afetou todo o mercado brasileiro, pelo preço praticado.

A situação explica-se pela luta interna das unidades de negócio de maximizarem os seus resultados, independente do todo. Assim as questões internas do monopolista, ou seja, os custos das diretorias, além do resultado de cada uma, levaram a uma distorção no mercado, com a prática de preços excessivamente elevados e críticas de toda a sociedade.

Hoje, a Petrobras adota um conceito de tarifa postal. Por esta metodologia, o valor da parcela de transporte adotada pela estatal é único para todos os seus clientes (sobretudo as distribuidoras de gás), independente do uso da rede de transporte ou da distância entre as fontes de suprimento e os pontos de entrega.

Por fim, e não menos importante, a Petrobras impôs contratos com prazos diferentes às distribuidoras estaduais, o que fez com que cada uma tivesse um preço. Provavelmente, a tese equivocada do monopolista foi que cada estado é um mercado e, portanto, não haveria problema de preços diferentes para mercados diferentes.

Ledo engano. A empresa que fabrica no Estado do Rio compete com a empresa que fabrica o mesmo produto em Santa Catarina. Isso levou, simplesmente, o Estado do Rio de Janeiro, principal produtor de gás do Brasil e que tem um preço quase duas vezes maior que Santa Catarina, a perder empresas que buscam maior competitividade a partir de um preço menor do gás natural.

Esse histórico mostra que a quebra do monopólio poderá trazer profundas modificações no mercado brasileiro. Espera-se que, em um mercado com vários produtores ofertando gás, com a infraestrutura permitindo o livre acesso, com distribuidoras privadas sem o agente dominante como acionista, com consumidores livres, autoprodutores e com agências governamentais zelando pela concorrência justa, ocorra uma queda no preço e o fim das distorções aqui citadas.

Evidente que são esperados preços diferentes em mercados diversos, mas seguindo a lógica econômica e não a do monopólio. Nesse sentido, é esperado o fim da tarifa postal, com o custo do transporte do gás sendo determinante para o estabelecimento do preço. Do ponto de vista do Estado do Rio de Janeiro espera-se, dentro da racionalidade econômica de maior produtor, que o gás natural seja um atrativo importante para a instalação de empreendimentos que necessitem do gás natural. Esse novo momento que se avizinha permitirá a ampliação do parque térmico para geração de energia elétrica, a atração de indústrias intensivas em gás natural, como a de vidro e a de cobre, e a ampliação da petroquímica a gás.

Quanto à Petrobras, não se pode esquecer que o seu papel foi fundamental para a disponibilização do gás natural no Brasil. Os equívocos aqui citados foram frutos de um monopólio cada vez mais anacrônico, cuja permanência não faz mais sentido.



Julio Bueno
Ex-Secretário Estadual da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

* Este texto é de inteira responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha programática e ideológica da FGV.